



# Prefeitura Municipal de Taquaritinga

ESTADO DE SÃO PAULO

Projeto de Lei Complementar nº , de de 2021.

Institui o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal no município de Taquaritinga, que especifica e dá outras providências.

## O PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARITINGA:

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º.** Fica instituído o Programa de Incentivo a Regularização Fiscal, destinado a oferecer aos devedores condições especiais para a regularização dos créditos municipais tributários e não tributários vencidos e consolidados até o exercício fiscal de 2021, inscritos ou não na dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, ou oriundos de levantamento fiscal, ainda que discutidos judicialmente, inclusive os saldos de créditos que tenham sido objeto de parcelamento anterior.

**Art. 2º.** Os interessados poderão aderir ao Programa de Incentivo a Regularização Fiscal no período de 13 de outubro de 2021 até o dia 31 de janeiro de 2022.

**Art. 3º.** As condições especiais a que farão jus aqueles que aderirem ao Programa consistirão na opção de uma das seguintes formas e condições de pagamento:

- I - pagamento à vista, com 90% (noventa por cento) de desconto na multa e nos juros;
- II - pagamento em até 3 (três) parcelas mensais e sucessivas com 80% (oitenta por cento) de desconto no valor da multa e nos juros;
- III - pagamento em até 4 (quatro) parcelas mensais e sucessivas com 70% (setenta por cento) de desconto no valor da multa e nos juros;
- IV - pagamento em até 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas com 60% (sessenta por cento) de desconto no valor da multa e nos juros;
- V - Parcelamentos acima de 5 (cinco) meses, deverão seguir as regras estabelecidas e vigentes na Lei Complementar nº 4.549, de 05 de outubro de 2018.

**Art. 4º.** Os créditos tributários objetos de parcelamentos anteriores poderão ser incluídos no Programa de Incentivo de Regularização Fiscal, com a rescisão daquele acordo e somente será permitido o pagamento nas condições dos incisos I, II, III e IV do art. 3º.

**Parágrafo único.** A adesão ao Programa de Recuperação Fiscal para fins de quitação de saldos desses parcelamentos equivale automaticamente à desistência irrevogável e irretratável dos parcelamentos anteriormente concedidos.

**Art. 5º.** O valor mínimo de cada parcela de que trata esta lei complementar não poderá ser inferior a 8% (oito por cento) do valor correspondente ao salário mínimo vigente no país, na época do deferimento do requerimento do parcelamento.

§ 1º. Havendo descumprimento do prazo para pagamento da parcela mensal, nos estabelecidos pelos incisos II, III e IV do art. 3º desta lei Complementar, serão aplicados os acréscimos previstos na legislação municipal.

§ 2º. Aplica-se a correção monetária prevista na legislação municipal sobre as parcelas cujos vencimentos ocorrerem nos exercícios seguintes ao da formalização da adesão.





# Prefeitura Municipal de Taquaritinga

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 1º. A adesão ao Programa somente se efetivará com o recolhimento do pagamento integral da dívida ou da 1ª parcela do acordo.

§ 2º. A adesão de que trata o art. 2º, implicará na confissão irretratável do débito e se dará com a assinatura do Termo de Acordo, e pressupõe a renúncia do exercício do direito de defesa, bem como a desistência dos embargos à execução fiscal opostos, exceções, recursos interpostos ou qualquer outro meio de defesa manejado pelo executado, seja na esfera judicial ou administrativa, caso haja ajuizamento e trâmite de executivo fiscal em face do devedor confesso.

Art. 7º. Os benefícios proporcionados pelo Programa de Incentivo à Regularização Fiscal somente se aplicam nos casos de extinção dos créditos tributários e não tributários, mediante pagamento, não se estendendo às demais modalidades de extinção do crédito tributário previstas no art. 156 do CTN.

Art. 8º. O prazo de adesão ao Programa será entre os dias 10 de outubro de 2021 até o dia 31 de janeiro de 2022, podendo ser prorrogado mediante expedição de Decreto Executivo pelo período de até 120 (cento e vinte) dias.

Art. 9º. Os contribuintes que optarem pela compensação de precatórios, na forma estabelecida pela Lei Municipal nº 4.634, de 23 de outubro de 2019, não poderão aderir ao Programa de Incentivo à Regularização Fiscal no município de Taquaritinga, de que trata esta Lei Complementar.

Art. 10. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Taquaritinga, de de 2021.

as.

Prefeito Municipal

Proposição encaminhada ao Poder Legislativo Municipal através do Ofício nº 512/2021, de 1º de outubro de 2021.

  
Vanderlei José Marsico  
Prefeito Municipal



# Prefeitura Municipal de Taquaritinga

ESTADO DE SÃO PAULO

## Demonstrativo de Estimativa do Impacto Orçamentário Financeiro da Renúncia de Receita


Renúncia de Receita (Artigo 14, caput e inciso I da LC 101/2000)

Especificação da Renúncia - 2020	Mobiliário	37.066,40
	Imobiliário	66.925,45
Total da Renúncia		103.991,85

## Previsão do Valor do Aumento da Arrecadação da Dívida Ativa Tributária em decorrência do incentivo fiscal

Total do Aumento da Arrecadação da Dívida Ativa Tributária em Decorrencia do Incentivo Fiscal	Mobiliário	247.109,35
	Imobiliário	446.169,66
	Total	693.279,02

Taquaritinga/SP 05 de Outubro de 2021

  
Cesar Augusto de Lima Gomes  
Diretor de Contabilidade

  
CESAR AUGUSTO DE LIMA GOMES  
CONTADOR - CRC: TC 1SP251754/0-1



# Prefeitura Municipal de Taquaritinga

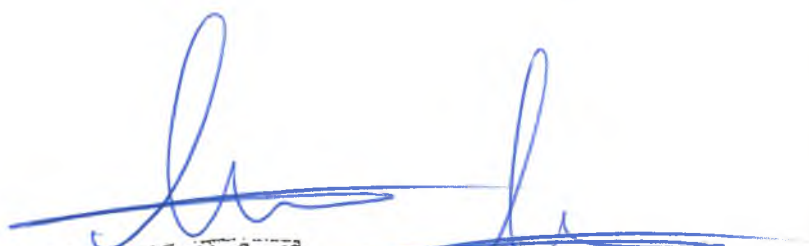
ESTADO DE SÃO PAULO

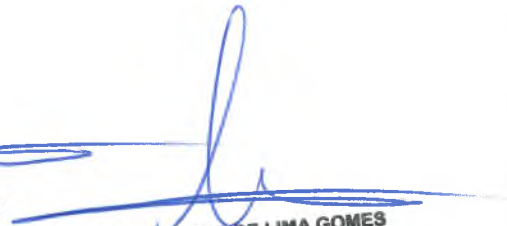
## Declaração

(Artigo 14, I da LC 101/2000)

Declaramos para fins de atendimento ao artigo 14, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal que as renúncias das receitas tributárias da presente propositura foram consideradas na estimativa da receita da Lei Orçamentária vigente, na forma do artigo 12 da LRF e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019, conforme comprova o Demonstrativo de Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro da Renúncia de Receita Tributária.

Data: 05/10/2021

  
Cesar Augusto de Lima Gomes  
Diretor de Contabilidade

  
CESAR AUGUSTO DE LIMA GOMES  
CONTADOR - CRC: TC 1SP251754/0-1